

Coisas da política

Política e poder
num Senado forte

Luiz Orlando Carneiro

O Senador Jarbas Passarinho alinhou entre as causas de sua derrota no Pará o ônus de ter sido Presidente do Senado numa conjuntura política instável e belicosa, que o obrigou a passar quase todo o seu mandato em Brasília, em regime *full time*, não dando a assistência devida às suas bases municipais no Estado. Foi no Senado que, na última legislatura, o Governo e seu Partido passaram os seus piores momentos quando se tratava de mobilizar uma maioria tão precária que a ação de um único senador oposicionista era suficiente para obstruir matérias de interesse do PDS, como a autorização de empréstimos externos solicitados por Estados e municípios.

O sucessor do Senador Passarinho, ao que tudo indica o líder do Governo Nilo Coelho, não vai ter esse tipo de problema. Presidirá um Senado em que o PDS terá uma folgada maioria absoluta de 46 cadeiras num total de 66, numa nova correlação de forças que levará a Câmara Alta a ter um papel decisivo no encaminhamento de entendimentos políticos a nível de Congresso Nacional.

Parlamentares experimentados acham que a perda, pelo Governo, da maioria absoluta na Câmara, de um lado, e a conquista, pelo PDS, de 2/3 do Senado, de outro, vão favorecer a esquecida prática das negociações e da política como a arte do possível. Na Câmara, se o PMDB vai procurar liderar um bloco oposicionista que só será maioria absoluta com a aliança do PTB, o PDS tentará obter o apoio dos 14 deputados federais petebistas no encaminhamento de questões relevantes, usando sua força de Partido majoritário no Poder, a apenas seis cadeiras da maioria absoluta. No Senado, impossibilitado de formar um bloco oposicionista que perturbe a tranqüila maioria absoluta do PDS, o PMDB terá de perseguir objetivos políticos possíveis, sabendo que vitórias expressivas do bloco oposicionista na Câmara podem ser pulverizadas no Senado, basicamente uma câmara revisora. Em bom português, no Congresso eleito, como disse um membro do Governo, pode não passar tudo o que o Governo pretenda, mas não passará nada que o Governo não queira.

Mas não é só no encaminhamento e votação de matérias precipuamente políticas que o Senado vai constituir-se num poderoso instrumento a serviço do Governo e do seu Partido. Quando se pergunta no Planalto como será o relacionamento do Governo Federal com os Governos estaduais oposicionistas, a Constituição é exibida como a

melhor resposta. A Constituição, que so pode agora ser alterada pelo voto de 2/3 de cada uma das Casas do Congresso, dá ao Senado a competência privativa de *controller* dos Estados e municípios. Assim é que compete ao Senado Federal (Art. 42, IV e VI) autorizar empréstimos, operações ou acordos externos, de qualquer natureza, de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, "ouvido o Poder Executivo", e fixar, "por proposta do Presidente da República" e mediante resolução, limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados e dos municípios; estabelecer e alterar limites de prazo, taxas de juros e demais condições por eles emitidas; proibir ou limitar temporariamente a emissão e o lançamento de quaisquer obrigações dessas entidades. Se compete aos Estados, no plano tributário, instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias (Art. 23, II), compete ao Senador (mesmo artigo, §5º), "mediante resolução tomada por iniciativa do Presidente da República", fixar as alíquotas máximas para as operações internas e interestaduais.

O Senado tem, pois, um papel nada desprezível no inter-relacionamento entre os Governos estaduais e o Governo Federal. Sendo o PMDB pós-15 de novembro um Partido detentor de nove Governos estaduais e de mais de mil prefeituras, suas lideranças no Congresso nem sempre poderão atuar como pontas-de-lança de um bloco oposicionista sem quaisquer compromissos de ordem administrativa a níveis estadual e municipal.

Apesar do poder de retaliação política de um Senado nas mãos do Governo e do seu Partido, é pensamento generalizado no PDS que esse poder não será exercido como regra, servindo ao contrário para estimular negociações e concessões mútuas entre a situação e a Oposição. As declarações atribuídas em São Paulo, no último fim de semana, aos Governadores eleitos Tancredo Neves e Franco Montoro são um indício seguro de que o PMDB tende a caracterizar-se como um Partido de oposição firme, mas não radical, pronto para entendimentos razoáveis e disposto a cooperar para amenizar a grave crise econômico-financeira em que o país se debate. Desencorajando pretensões frentistas, como a formação de uma frente de governadores oposicionistas e a conquista da Mesa da Câmara, o poder político emergente em Minas e São Paulo mostra-se consciente de que a provocação de confrontos envolvendo instituições como a Federação e o Legislativo não deve perturbar o encaminhamento de questões muito mais substantivas, entre as quais a própria sucessão presidencial.

Luiz Orlando Carneiro é diretor das empresas do JORNAL DO BRASIL em Brasília.